



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1050/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1645/2014 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Uildéia Galvão da Silva, ex-Diretora e Ordenadora de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação nº. 49/2015 (fls. 362/364).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 679/2015-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 365).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Determinação à origem e à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas. Recomendação à Controladoria Geral do Estado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste, exercício de 2013, sob a responsabilidade da senhora **Uildéia Galvão da Silva**, Diretora e Ordenadora de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, **dando-se quitação** à Responsável, condicionados ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de que não resultaram dano ao Erário.

9.2- Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que observe o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, bem como ao previsto no art. 2º e inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, evitando o fracionamento de despesas.

9.3- Determinar à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, que regularize e operacionalize os repasses às suas unidades subordinadas, de forma que essas possam planejar com eficácia os dispêndios de recursos conforme suas necessidades.

9.4- Recomendar à Secretaria de Estado de Saúde a implantação, se ainda não o fez, do Projeto PADRÃO 2014, com vistas a que as Unidades Médicas de Saúde do Estado possam se programar devidamente para as compras de medicamentos e produtos de saúde, a fim de não serem mais registradas ocorrências de fragmentação de despesas.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1050/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Determinar à Controladoria Geral do Estado – CGE/AM, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, para que passe a emitir o Parecer nas Prestações de Contas dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Amazonas, inclusive com o necessário certificado de Auditoria, conforme disposto no inciso I do art. 2º, c/c a alínea “a” do art. 5º, todos da Resolução nº 5/1990-TCE/AM.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julão Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral